



PRODUÇÃO DE EUCALIPTO NO BAIXO PARNAÍBA

MARANHENSE - ORDENAMENTO (E CONFLITO) TERRITORIAL EM

FOCO

Saulo Barros da Costa

Membro LECgeo/NEACCA (UFPE) e Doutorando em Geografia
(PPGEO/UFPE) (saulo.barroscosta@ufpe.br)

Resumo

O debate neste artigo diz respeito aos novos processos de fragmentação socioespacial e conflito territorial, em função do ordenamento territorial da produção de eucalipto no Baixo Parnaíba maranhense. A falha metabólica é estabelecida no processo de reestruturação produtiva do capital em regiões de agronegócio e produção de conflitos socioambientais. Como resultado temos a progressiva subalternização dos sujeitos(as), homogeneidade da diversidade da paisagem e precarização das relações sociais, levando a reflexão crítica da perversidade do ordenamento territorial instituído em CAIs de eucalipto e geograficidade em curso.

Palavras-chave: Eucalipto; Baixo Parnaíba Maranhense; Falha Metabólica; Metabolismo; Conflito Territorial.

Notas introdutórias

A realidade do espaço geográfico maranhense é composta por historicismo e culturas peculiares em sua determinação, desde os processos de colonização e ocupação aos recentes arranjos de empreendimentos (MATTOS JUNIOR; HESPANHOL, 2010:90). Referimo-nos à decisiva presença no território, como parte desta formação, em que o trabalho humano é compreendido no ciclo das diversas formas de relações extrativistas inerentes aquilo que intitulamos “metabolismo maranhense¹”. Este metabolismo vem sofrendo diversas modificações em sua composição, desde áreas litorâneas ao mais complexo ambiente de transição de bioma cerrado (região do meio norte²), de sul ao leste do Estado (FEITOSA; TROVÃO, 2006). Assim, as

1 O entendimento sobre metabolismo procede dos escritos de Marx (2010), em que a relação homem-meio, regidas pelo trabalho, desenvolve um ciclo de alimentação/produção/retro-alimentação da sociedade segundo os recursos naturais e finalidades de produção. Na realidade maranhense, as atividades produtivas estão ligadas a exploração e extrativismo vegetal, como na coleta do bacuri e do coco babaçu.

2 O meio norte maranhense é definido pela presença do bioma da mata dos cocais, com presença de “(...) complexas combinações de componentes fisiográficos e ecológicos dos domínios envolventes [caatinga e



transformações territoriais, como expressão do modelo de desenvolvimento vigente, expressam rearranjos decorrentes das constantes mudanças culturais e econômicas registradas na atualidade.

Diante da sua extensão territorial, uma diversidade de biomas se entrecruza no Estado do Maranhão, produzindo uma alta complexidade da realidade fisiográfica e de relações espaciais. Desde extenso cerrado na parte sul (e recentemente na porção leste) - com concentração de atividades econômicas de grande extensão (como na sojicultura) - como também a densa floresta equatorial, passando pelas faixas de transição da Mata dos Cocais, que contêm uma intensa atividade de extrativismo vegetal (IMESC, 2011), revela-se o modelo complexo na relação sociedade-natureza. Desta maneira, a complexidade e diversidade formam uma relativa “homogeneidade”, com formato diverso de exploração da natureza e produção econômica e social (PAULA ANDRADE, 2011:4). Tal cenário motivou processos, como os de ocupação densa do Estado, no início do século XX, através das correntes de migrantes da seca (FEITOSA; TROVÃO, 2006:44).

No quadro atual do desenvolvimento territorial empregado no leste³ do estado do Maranhão, uma mesorregião do Baixo Parnaíba, encontra-se um constante avanço de projetos e modelos de modernização, com implantação de grandes estruturas. Nos anos 1990, a MARGUSA – Maranhão Gusa S/A, MARFLORA – Maranhão Reflorestadora Ltda. e a Suzano Papel e Celulose S/A instalaram-se com objetivo de fornecer insumos da cadeia produtiva carvão-aço e celulose no Estado. Este modelo atraiu outras formas de investimento, como do Complexo Agro-Industrial (CAI) da soja, que nesta fase já se encontrava bem consolidado na região sul do Estado (SILVA, 2011). De forma análoga, tal evento se deu na região tocantina e no estado do Piauí (PAULA

floresta amazônica], assim como a presença de *paisagens-tampão*, mais ou menos individualizadas, colocadas em certos setores centrais dessas faixas de transição.” (AB'SÁBER, 2003:12) (grifos nosso).

³ A mesorregião do leste maranhense é formada por seis microrregiões, que são: Baixo Parnaíba Maranhense, Chapadinha, Codó, Coelho Neto, Caxias e Chapadas do Alto Itapecuru (CARNEIRO et al., 2008).



ANDRADE, 2011). Neste processo, uma homogeneidade de espécies exógenas foi introduzida, transformando o *status* de ciclo metabólico da realidade maranhense para outra homogeneidade da paisagem: do eucalipto e da soja.

A produção de soja responde ao processo global de expansão da fronteira agrícola sojicultora para espaços compreendidos como atrasados, com terras de baixo custo e elevada potencialidade hídrica. O jogo de poder em torno deste modelo de agronegócio em expansão é feito nas especificidades locais, como estratégias de convencimento local e regional, se utilizar os termos de FOUCAULT (1988). As redes estabelecidas são estas estratégias para avanço político territorial (SILVA, 2010).

O incremento do eucalipto atende uma demanda direta de basicamente dois setores: um que diz respeito a produção celulose a partir de modelos “sustentáveis” e outro, articulado com o capital financeiro mundial da mineração, o da produção de fontes renováveis para abastecimento de refinarias e carvoarias no Norte e Nordeste brasileiro (TERRITÓRIOS LIVRES DO BAIXO PARNAÍBA, 2011).

A produção de arranjos espaciais, a partir da introdução deste modelo “moderno”, com atributos de avanço e desenvolvimento político e regional, possibilitou uma *falha* na relação sociedade-natureza. A *falha metabólica*⁴ passa a ser a forma desordem desta relação, provocando outras desordens, como a espacial. O gênero de vida (VIDAL DE LA BLACHE, 1954) do espaço geográfico do leste maranhense passa a ter processos de conflitualidade⁵ (FERNANDES, 2010), diante do choque de racionalidades. Neste âmbito, Paula Andrade descreve que a produção do espaço, é repleta de interesses e fraudes, agregados ao valor da terra, como segue:

4 Trabalhos recentes na Geografia adentram no debate da falha metabólica e produção do espaço, como Centelhas (2011), em que a sociedade e suas disparidades vêm sendo produzida por este processo, uma vez que o próprio modelo capitalista se alimenta deste (des)uso da natureza.

5 Para Fernandes (2010), “a conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais.”



Analisa como famílias integrantes de segmentos camponeses, que vinham residindo e cultivando nas chamadas frentes de terra, fundos de terra, passam a ser expropriados em nome do que se convencionou chamar, à época, de desenvolvimento sustentado e de manejo sustentado. Áreas classificadas como sobras de terra e/ou terras soltas, não entendidas pelas famílias de trabalhadores rurais da região como passíveis de apropriação privada e, muito menos, merecedora de atos de registro formal em cartórios de imóveis, passam a ser também açambarcadas, via de regra fraudulentamente, por esses novos agentes sociais interessados na terra (2011:5).

O padrão econômico-ecológico de produção da região é modificado de forma significativa, uma vez que dentre tantas mudanças, a concentração fundiária – base do modelo de produção atual do “metabolismo maranhense” - é acentuada. Especificamente na Microrregião Homogenia de Chapadinha e do Baixo Parnaíba, o número de famílias envolvidas em conflitos de terra aumentou de 53 em 2000 (referente à 744ha) para 84 em 2007 (totalizando 4.700ha em disputa) (CARNEIRO, *et all.*, 2008:101). Também estes números repercutem no modelo de desenvolvimento, já que, segundo o censo de 1996, 68,42% das terras são arrendadas e ocupadas, obtendo interferência direta da modernização.

Outro rebatimento nesta Microrregião do avanço e arranjo do agronegócio diz respeito aos conflitos ambientais. Basicamente, dois aspectos refletem bem: desmatamento e utilização de agrotóxicos indiscriminadamente (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010). Nestes quesitos, o Ministério Público tem atuado na região e constatado que existe: “a) irregularidade quanto à preservação de árvores protegidas por lei; b) inexistência de EIA-RIMA para a implantação da lavoura da soja e, c) irregularidades concernentes à área de reserva legal (CARNEIRO, *et. all.*, 2008:119).

O espaço geográfico maranhense tem atravessado embates não só relativos às lutas pela terra e reforma agrária (CARNEIRO, 2009; 2011), como expressão do território (RAFFESTIN, 1993), mas que atravessam a luta pela *vida*, representada



através da significação espacial dentro da cadeia metabólica, pertinente a um relação homem-meio em que um equilíbrio geobiótico seja (des)(re)estabelecido⁶.

(Re)pensando o Baixo Parnaíba segundo as relações especializadas de trabalho

A heterogeneidade da paisagem agrária maranhense teve um rompimento temporal específico, com os avanços da fronteira agrícola nacional. Na década de 1970, o Estado do Maranhão também fez parte do PRODECER (Programa de Desenvolvimento Agrícola do Cerrado), com a implementação de estrutura viária e logística de transporte, uma vez que

A expansão da sojicultura no território brasileiro sempre teve o Estado como agente principal em seu processo de efetivação. Seja através da construção de infra-estrutura (portos, rodovias, ferrovias), ou através de subsídios financeiros e pesquisa. A título de exemplo podemos citar a criação no ano de 1974, do PRODECER (Programa de Desenvolvimento Agrícola do Cerrado) que possuiu também apoio financeiro da Agência de Cooperação Internacional Japonesa (JICA) além de parcerias com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco do Nordeste (SCHLESINGER; NUNES, 2008:15, *apud* ALMEIDA e LIMA, 2011:5).

(...) o PRODECER III (Programa de Desenvolvimento do Cerrado) que orientado para o município de Balsas, mais especificamente na Serra do Penitente, foi um dos grandes investimentos pensados para o sul do Maranhão, no sentido de ampliar a produção de grãos nessa parte do estado (SOUZA FILHO 1995). Além da criação do Programa Corredor de Exportação Norte, em parceria com a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária), Banco do Brasil, Secretaria de Desenvolvimento Regional, Banco do Nordeste do Brasil, Banco da Amazônia S.A (BASA), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e também da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) – Superintendência da Estrada de Ferro Carajás (PALUDZYSZYN FILHO, 1995 *apud* FERREIRA, 2008, p.16) (ALMEIDA; LIMA, 2011:7).

Com a chegada dos “gaúchos” no sul do Estado em 1991, foi instalada uma nova ordem espacial, com intenso uso dos recursos e potencialidades naturais, além do incremento de elementos técnicos e migração de pólos de pesquisa para a região do

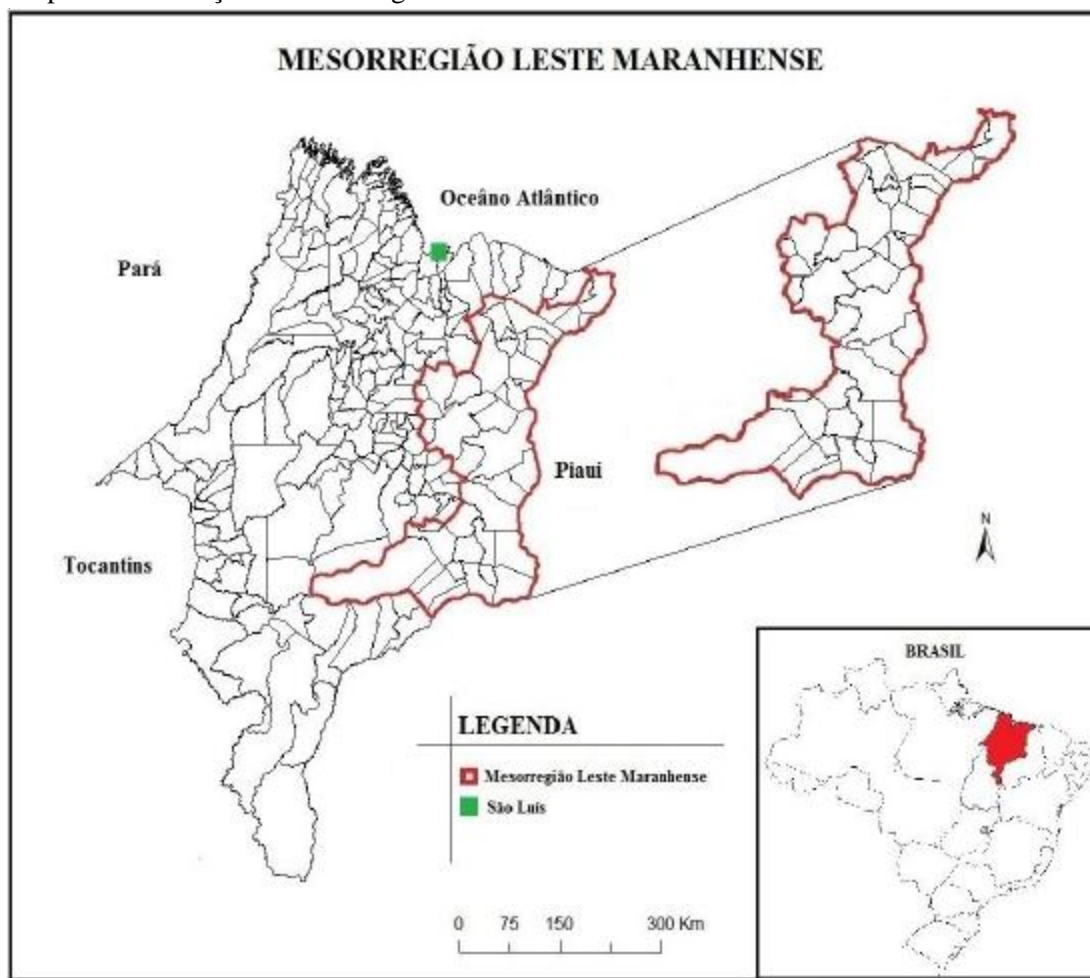
⁶ A luta que os movimentos sociais têm travado recentemente passa do direito a terra, a recursos e/ou direitos; o re-estabelecimento destes valores se expressa em outros valores, autonomia e visibilidade social (COSTA, 2011; SANTOS, 2006).



município de Balsas (PAULA ANDRADE, 2008). As grandes chapadas começam a dar lugar a estrutura de Empresas, como Cargil e Bunge, que utilizam da mão de obra que se instala na região e financia suas produções, além das próprias áreas de plantação, fortalecendo Complexo Agroindustrial (CAI) sojicultor no Nordeste brasileiro (SILVA, 2011).

A transformação do espaço do leste maranhense (MAPA 1), decorrente com grande força da implementação de políticas de inovação tecnológica e investimentos no ramo sojicultor, após 1990, transformando-a num novo espaço do “eldorado” agrícola (GASPAR, 2010).

Mapa 1: Localização da Mesorregião do Leste Maranhense



Fonte: BOTELHO; PAULA ANDRADE, 2012.



O leste maranhense possuía extensa homogeneidade no ordenamento territorial, especificamente no arranjo que propicia diversidade de áreas agricultáveis e de extrativismo vegetal em plena interação metabólica, no que diz respeito a relação sociedade-natureza. Após o marco temporal do final do século XX, a homogeneidade se transforma em extensas plantações de soja, produzindo o que entendemos de falha metabólica espacial (CENTELHAS, 2011; FOSTER, 2005).

As relações de trabalho ali estabelecidas segundo as especificidades locais, vem constantemente sendo alvo de novos implementos técnico-científicos, com a progressiva exigência de qualificação de mão de obra. A Suzano S.A., em suas ações na região, defende uma abertura de oportunidades de trabalho, remodelando as relações homem-meio, possibilitando que a realidade de relações de trabalho de base extrativistas seja remodelada por relações de trabalho de base industrial. Segundo Thomaz Júnior (2002), este estágio da “(...) práxis ontológica do trabalho diante do agir societal”, alienada pelas novas formas especializadas, desarticula e prejudica o protagonismo dos movimentos sociais a revelia desta realidade. Ou seja, mas especializado, mais fragmentado socialmente e menos militante com seus “saberes-fazer”.

Falha metabólica no Baixo Parnaíba maranhense: compreensão da geograficidade em trama

O debate relativo à falha metabólica decorre do processo de formação espacial, à medida que ela necessita de transformar a natureza, através do trabalho, para satisfazer seu arranjo espacial. Para tal, temos as dimensões físico-material e a dimensão sócio-existencial. Segundo Centelhas, temos suas definições da seguinte forma:

Podem ser classificadas, então, duas dimensões implícitas e imbricadas no conceito de metabolismo de Marx, a dimensão físico-material e a dimensão social-existencial, ambas vinculadas ao trabalho; é portanto evidente a importância da análise geográfica a fim de aprofundar esta discussão, pois tanto o processo de trabalho situado pelas determinações das formações sócio-históricas, como o intercâmbio material provocado por ele, se organizam sobretudo



especialmente. Na verdade, a análise geográfica vai além do processo de trabalho para entender o metabolismo, não descartando esta atividade de sua importância protagonista, mas localizando-a dentro de uma ordem espacial que situa tal processo de trabalho e ao mesmo tempo é transformada por ele, pois resultante das próprias configurações e arranjos entre seus processos atuantes, por isso, toda atividade não decorre e ocorre do nada, mas deve ser vista a partir da multiplicidade relacional da qual se produz (CENTELHAS, 2011).

Este processo de produção e ser produzido pelo trabalho, expressa a dimensão da relação homem-meio de produção e o que intitulamos de ciclo metabólico. Essa multiplicidade citada pelo autor é o que nos permite entender o nível dos processos de quebra deste *status* de produção e produzido na relação. Na medida em que ações destoantes a este processo fazem parte do ciclo, temos a falha. Neste sentido está o que pensamos para a inserção da produção de soja no leste maranhense, uma vez que o metabolismo lá presente, segundo o processo de trabalho e produção local é homogeneizado pelo maquinário, pelo latifúndio e pelos ordenamentos espaciais ali dispostos.

Esta falha não resume somente a relação “operacional” sociedade-natureza, relativa ao trabalho. Existem dimensões da análise que se referem ao gênero de vida (VIDAL DE LA BLACHE, 1954), em que se perceber na falha é estabelecer uma relação falha com a espacialidade, ou seja, um estágio de “descolamento espacial” dos envolvidos no arranjo é desenvolvido. Foster (2005) nos chama para o detalhe dessa dimensão mais ampla, com o que segue:

Marx portanto empregava o conceito [de metabolismo] tanto para se referir à real interação metabólica entre a natureza e a sociedade através do trabalho humano (contexto que normalmente era usado nas suas obras) quanto, num sentido mais amplo (sobretudo nos Grundrisse), para descrever o conjunto complexo, dinâmico, interdependente, das necessidades e relações geradas e constantemente reproduzidas de forma alienada no capitalismo, e a questão da liberdade humana suscitada por ele – tudo podendo ser visto como ligado ao modo como o metabolismo humano com a natureza era expresso através da organização concreta do trabalho humano. O conceito de metabolismo assumia assim tanto um significado ecológico específico quanto um significado social mais amplo.



Este é um dos caminhos de análise de como se concretiza o “descolamento espacial”, expressando a geograficidade (MOREIRA, 2012) do Baixo Parnaíba. Uma das reflexões deste processo são os pontos de pauta das lutas sociais, que não se referem apenas a direito ao substrato físico, mas a identidade, a cultura e valores ali existentes nos específicos territórios. Assim, a luta é também pela vida e por valorização da dimensão ontológica do ser.

A luta pela terra é expressa no conflito na região, decorrente da presença de empresas como Suzano Papel e Celulose S/A. A ocupação desordenada e fraudulenta é característica, em contrariedade aos usos do espaço historicamente concebido por camponeses(as) locais. As *terras de pretos*⁷ (PAULA ANDRADE, 1995:34) são estranguladas pela especulação fundiária, que as entende como “devolutas”, mediante o discurso jurídico da posse. Na realidade, essas terras representam práticas simbólicas e materiais, tanto econômicas como identitárias da reprodução camponesa, geograficidade esta destoante das razões encontradas pela Suzano Papel e Celulose S/A para expansão.

Os sujeitos subalternizados neste processo desenvolvem ações que objetivem “barrar” o processo em curso de produção capitalista do espaço. Diversas ações são feitas nesta direção, como a ocupação da BR 316, que interliga os municípios de Codó – MA e Caxias – MA. Camponeses(as) do povoado Buriti-Corrente que totalizam 152 famílias reivindicam que o Tribunal de Justiça do Maranhão reconsidere o pedido de permanência em 2.568ha de terras desapropriadas desde 2009 para atividades da empresa Costa Pinto Indústria, Pecuária e Agrícola S/A (VIAS DE FATO, 2012). O arranjo espacial é baseado em um ordenamento territorial bem específico: desapropriação – apropriação – produção de insumos ligados ao CAI instalado no Maranhão.

⁷ *Terras de preto* são áreas comuns de produção destinadas aos camponeses definidos local e politicamente, para que no espaço da *roça* sejam desenvolvidas atividades culturais e econômicas destinadas ao coletivo (PAULA ANDRADE, 1995:34).



Outra feição da geograficidade do Baixo Parnaíba é a existência dos conflitos socioambientais como resultado do avanço dos espaços de produção de pinos e desequilíbrio geobiótico. A foto que segue (FOTO 1) revela áreas às margens da BR 316 que estão sendo escavadas para instalação de canais de irrigação dos plantios da Suzano Papel e Celulose S/A nos mesmos municípios maranhenses mencionados anteriormente. A dimensão deste conflito reforçando a tese Thomaz Júnior (2010), que se baseia em: conflitos por terra e água. Terra como insumo básico para expansão e reprodução do capital no Baixo Parnaíba no nível do cultivo de eucalipto, respondendo aos interesses da rede do agronegócio e mineração, das guseiras ligadas ao complexo Carajás (CARNEIRO, 2008); ao nível da essência da reprodução do gênero de vida dos camponeses(as) ali existentes, como forma e conteúdo de sua geograficidade concreta (MOREIRA, 2012) para o ciclo metabólico destes sujeitos seja perpetuado, tanto na relação a própria sociedade, como na relação sociedade-natureza. Na dimensão da água, o agronegócio presente na região necessita fundamentalmente de uma reserva hídrica de alta capacidade, causando um desequilíbrio e grande sobrecarga nos afluentes e modificando a vazão destes; na dimensão camponesa, o recurso hídrico arremete como elemento fundante na reprodução e realização das atividades, uma vez que no âmbito do trabalho, as atividades ali desenvolvidas estão diretamente ligadas a este recurso (plantio, extrativismo e artesanato).



Foto 1: Implantação de canais de irrigação da empresa Suzano Papel e Celulose S/A às margens da BR 316.



Autor: Saulo Barros da Costa, junho/2012.

À medida que temos este arranjo espacial como resultados da falha, temos rebatimentos também espaciais que revelam tão processo. Moreira (2008:62) neste caminho diz

(...) que a geografia, através da análise do arranjo do espaço, serve para desvendar máscaras sociais. É nossa opinião que por detrás de todo arranjo espacial estão relações sociais, que nas condições históricas do presente são relações de classe.

Esse arranjo falho (metabólico) nos revela uma estrutura social que remete a um modelo de desenvolvimento. A leitura do arranjo nos ajuda a compreender o ordenamento que ele propõe, uma vez que deste ponto teremos as posturas políticas propostas.

Ao tratarmos da política que gera o ordenamento, nos referimos a escolha e ideologias que ali estão inseridas. Assim, como descreve Silva (2011:6)



(...) o sentido política aqui desenvolvido se desloca para as categorias interesse, estratégia, conflito e resistência. A tarefa de precisar o significado de política delimita seu conteúdo analítico. Neste sentido, a política é concebida como arena social em que regras, interesses, estratégias, resistências, decisões e ações são formalizadas por acordos jurídicos ou informais entre os atores diferentes, sob condições materiais e sociais específicas, dado o caráter singular do território e da ação política em jogo. Em consequência, a política organiza o território e é definida por ele, sob bases que atendam os interesses coletivos e particulares. Ela também organiza conflitos e resistências. As dimensões pertinentes a análise da política se refere à territorialidade, à trama de interesses e ao exercício do poder, que supõe assimetria na posse dos meios e das estratégias.

O jogo de poder, de base em estratégias e interesses determina a arena política do determinado território. Temos então a atenção as resistências, conflitos e territorialidades desta relação. A disputa pelo metabolismo em pleno funcionamento promove territorialidades, que podem mudar à medida que esta trama vai de modificando também.

O debate no território, fruto do arranjo desenvolvido, promove uma análise política em rede. Essa ferramenta permite-nos perceber as modificações espaciais e a trama de sujeitos. Para Silva e Santos (2011),

“Rede Política Territorial é uma arena de atores-redes que promovem vínculos e alianças entre si, cujos efeitos de suas ações se verificam no território, requalificando-o a partir de estratégias, interesses, conflitos e resistências que se desvelam no âmbito dos fluxos de comando e decisões entre os atores; nas tramas que envolvem os recursos de poder de que eles dispõem; ou nas resistências sociais que emergem e promovem redes políticas. Na rede todos trocam recursos de poder e projetam impactos socioespaciais e são afetados pelas territorialidades preexistentes”.

Assim, a leitura da espacialidade em função da falha metabólica é a própria trama política, uma vez que interesses estão em jogo diante do arranjo espacial implementado.

Metabolismo e trabalho: questões e debates na/da análise espacial

Reconhecendo a falha metabólica na relação sociedade-natureza, a análise centrada no trabalho nos fornece elementos para uma compreensão dos processos espaciais de apropriação e alienação social, como também de emancipação e resistência.



O ferramental metodológico é possível uma vez que, segundo Thomaz Júnior descreve:

Em termos metodológicos seria o mesmo que focarmos o fenômeno do trabalho no sentido da dinâmica geográfica, e o fenômeno geográfico como dinâmica do trabalho, num vai-e-vem dialético que nos permitiria apreender o conteúdo e o significado espacial e territorial do metabolismo societário da sociedade do capital, sendo, pois, o espaço, estrutura, a categoria abarcante que referencia o uso interligado com o território, recorte de domínio ou dimensão locacional do domínio (2002:13).

Mas ao mesmo tempo, alargamos os campos de análise para entender: de quais maneiras os movimentos e/ou trabalhadores subalternizados pelo modelo capitalista em questão podem restabelecer a falha metabólica? A leitura é possível, mas o questionamento se torna válido no processo de superação do modelo societal degradante e plástico.

Pensar neste novo paradigma sócio-espacial é apontar não para a compreensão estanque entre sociedade-natureza distanciados, mas é apostar num pensamento pós-colonial que propõe um protagonismo dos sujeitos sociais de maneira emancipatória (LANDER, 2005), tanto dos modelos produtivos quanto da dimensão do trabalho entre homem-meio e processos sociais.

Não destoante desta análise, a fragmentação em curso que a ciência por si mesma propõe, respondendo as “gavetas” dos conhecimentos, retifica que é necessário uma análise dos processos, desde as relações de trabalho até mesmo chegando a produção acadêmica. Queremos enfatizar que este descolamento entre realidade e ciência é fruto também do pensar nos moldes falhos do metabolismo, ou seja, a ciência vem padecendo de um olhar sobre os processos que possa perceber as correlações entre o político, ideológico, social e natural. Neste quesito, a análise a partir da centralidade do trabalho caminha para um entendimento que rompe com esta realidade, com uma base marxista e des-colonial do pensar geográfico.

Pensar geograficamente em processos sociais, como no Baixo Parnaíba, é explicitar o rompimento sociedade-natureza, os efeitos territoriais do avanço do agronegócio em questão e acima de tudo, fortalecer a luta dos sujeitos sociais no



processo emancipatório em curso, seu protagonismo, seus saberes-fazer e pautar a superação do modelo de ordenamento territorial.

Referências

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. (2003). **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial.
- ALMEIDA, Juscinaldo Goes; LIMA, Roberta Maria Batista de Figueiredo. (2011). **A expansão da sojicultura e suas repercursões na (re)configuração fundiária da Microrregião de Chapadinha-MA**. Belém: Anais do V Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária.
- BOTELHO, Adielson Correia; PAULA ANDRADE, Maristela de. (2012). **A EXPANSÃO DA SILVICULTURA: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM TERRITÓRIOS CAMPONESES NO LESTE MARANHENSE**. Uberlândia: Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária.
- CARNEIRO, M. D. S.; VIEIRA, A. S.; BARROSO, A. S.; SILVA JUNIOR, A. F. (2008). A expansão e os impactos da soja no Maranhão. In: SCHLESINGER, Sérgio; NUNES, Sidemar Presotto; CARNEIRO, Marcelo Sampaio. (Orgs.). **A agricultura familiar da soja na região sul e o monocultivo no Maranhão**. Rio de Janeiro: FASE, 1ª. ed., v. 1, p. 77-147.
- CARNEIRO, M. D. S. A evolução recente da economia maranhense e suas repercussões sobre a agricultura familiar. In: Marcelo Sampaio Carneiro; Wagner Cabral da Costa. (Org.). **A terceira margem do rio: ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio**. São Luis: EDUFMA, 1 ed., 2009, v. 1, p. 21-35.
- _____. O novo desenvolvimentismo brasileiro e a questão agrária: uma reflexão a partir do caso maranhense. In: XXVIII Congresso Internacional da Associação Latinoamericana de Sociologia, 2011, Recife. **Anais do XXVIII Congresso da Associação Lationamericana de Sociologia**. Recife : ALAS, 2011. v. 1. p. 1-25.
- CENTELHAS, João Paulo Rabello de Castro. (2011). **O metabolismo socioecológico como ordem espacial: um estudo da dialética entre a espaço-temporalidade ecossistêmica e a espaço-temporalidade social-capitalista**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, dissertação de mestrado.
- COSTA, Saulo Barros da. Perímetro Irrigado do Jaguaribe cearense: Interesses, conflitos e resistências. In: SILVA, Carlos Alberto Franco da. (org.). (2011). **Redes Políticas Territoriais: estratégias, conflitos e violência**. Rio de Janeiro: Livre Expressão.
- FEITOSA, Antonio Cordeiro; TROVÃO, José Ribamar. (2006). **Atlas escolar do Maranhão: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa: Editora Grafset.
- FERNANDES, BERNARDO MANÇANO. (2010). Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Sposito, Eliseu Savério; Sant'anna



Neto, João Lima. (Org.). **Uma Geografia em movimento**. São Paulo: Editora Expressão Popular, v. 1, p. 505-560.

FOSTER, John Bellamy. (2005). **A Ecologia de Marx, Materialismo e Natureza**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

FOUCAULT, Michel. (1988). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal.

GASPAR, R. B. (2010). **O eldorado dos gaúchos**: Deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste Maranhense. São Luís: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, dissertação de mestrado.

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC. (2011). **Base cartográfica**. São Luís: IMESC, Governo do Estado do Maranhão.

LANDER, Edgardo. (org.). (2005). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO.

MATTOS JUNIOR, J. S.; HESPAÑHOL. As permanências e os velhos dilemas no processo produtivo na microrregião geográfica de Itapecuru Mirim-ma. In: PORTO, Iris Maria Ribeiro; CASTRO, Cláudio Eduardo de. (Orgs.). (2010). **Abordagens Geográficas da multiplicidade dos espaços maranhenses**. São Luis: EDITORA UEMA, 2010, v. 1, 1ed, p. 88-119.

MARX, Karl. (2010). **O Capital, crítica à economia política**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, vol.1, livro I.

MOREIRA, Ruy. (2008). **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Contexto.

_____. (2012). **Geografia e Práxis**: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas. São Paulo: Contexto.

PAULA ANDRADE, Maristela de. A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no leste maranhense. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves de. (org.). (1995). **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** Relatório de pesquisa. São Luís: Comissão Pastoral da Terra (CPT) / Coordenação do Seminário Consulta Carajás: Desenvolvimento ou Destruição?

_____. (2008). **Os gaúchos descobrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa**. São Luís: EDUFMA.

_____. (2011). O avanço do agronegócio sobre o cerrado brasileiro – o caso do Maranhão. In: XXVIII Congresso Internacional da Associação Latinoamericana de Sociologia, Recife. **Anais do XXVIII Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia**. Recife: ALAS, v. 1.

RAFFESTIN, Claude. (1993). **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. (2006). **“Agendas & agências: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do Pré-Vestibular para Negros e Carentes”**. Niterói: Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (Tese, doutorado em Geografia).



SILVA, Carlos Alberto Franco da. (2010). Por que estudar redes políticas? In: SILVA, Carlos Alberto Franco da.; NASCIMENTO, Luciano Bonfim do. **Redes políticas do agronegócio da soja: interesse, estratégia e resistência**. Rio de Janeiro: Livre Expressão.

_____. (2011). **As redes políticas do grupo Amaggi**. Rio de Janeiro: Livre Expressão.

_____; SANTOS, Artur Pereira. (2011). **Ensaio sobre o conceito de Rede Política Territorial**. Rio de Janeiro: no prelo.

TERRITÓRIOS LIVRES DO BAIXO PARNAÍBA. (2010). Acessado em 10 de outubro de 2010. Disponível em <<http://territorioslivresdobaixoparnaiba.blogspot.com.br/>>.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. (2002). **Por uma geografia do trabalho!** (reflexões preliminares). Barcelona: Scripta Nova, v. 6, p. 2-21.

_____. (2010). **O Agrohídronegócio no Centro das Disputas Territoriais e de Classe no Brasil do Século XXI**. Uberlândia: Campo Território, v. 5, nº 10.

VIAS DE FATO. **Agricultores interditam BR 316**. Acesso em 05 de setembro de 2012. <http://www.viasdefato.jor.br/index2/index.php?option=com_content&view=article&id=262%3Aagricultores-de-buriti-corrente-interditam-br-316&catid=34%3Ayootheme&Itemid=204&fb_action_ids=3884734685002&fb_action_types=og.likes&fb_source=aggregation&fb_aggregation_id=288381481237582>.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. (1954). **Princípios de geografia humana**. Lisboa: Cosmos.

ZHOURI; Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. (orgs.). (2010). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora Ufmg.